

**ASSESPRO
AGENDA LEGISLATIVA
LEGISLATIVO FEDERAL**

DE 27 DE NOVEMBRO A 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Atualizada em 27/11/2017 17:41

CONGRESSO NACIONAL

Terça-feira (28/11)

COMISSÃO MISTA DA MPV 802/17 (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado) / Plenário 15, às 14h30.

1ª Parte:

Pauta: Apreciação do Plano de Trabalho e requerimentos.

2ª Parte:

Audiência Pública – Tema: “Instrução da matéria”.

Convidados:

- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Representante do Banco Central do Brasil;
- Representante da Caixa Econômica Federal;
- Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- Representante do Banco do Brasil; e
- Representante do Banco do Nordeste.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO / Sessões ordinárias e extraordinárias em 27,28, 29 e 30/11.

MPV 793/17, do Poder Executivo, que “Institui o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”. Item único da sessão de 27/11.

Prazo de vigência: 28/11/2017.

Relatora: deputada Tereza Cristina.

Parecer: pela aprovação da medida provisória e das emendas nºs 3; 6; 7; 11; 13 a 16; 18; 19; 21; 23; 26; 27; 32; 38; 39; 42 a 44; 48; 50; 53; 54; 56; 57; 59; 62; 63; 65; 67; 72; 77 a 80; 82; 84 a 87; 93; 95; 96; 101 a 106; 109; 111; 113; 116; 117; 119; 121; 126; 132; 133 a 135; 137 a 140; 142 a 146; 148 a 151; 154; 156; 157; 160; 161; 163; 165; 166; 169; 171; 172; 176; 180 a 182; 185; 188; 189; 192; 194 a 197; 201; 203 a 205; 208 a 213; 215; 220; 222; 223; 225 a 228; 230; 233 a 235; 237; 243; 245; 246; 249; 252; 258; 263; 269 a 271; 274; 276; 277; 279; 281; 282; 284 a 289; 293; 296; 299; 300; 302; 303; 307; 309; 318; 319; 321 a 323; 328 a 334; 411; 416 a 419; 426; 427; 429; 432 a 434; 438 a 450; 452 a 454; 457 a 460; 462; 464; 465; 467; 470; 471; 475; 476; 480; 483; 486 a 488; 490; 497; 505; 506; 508; 509; 512 a 515; 520 a 522; 524 a 530 a 535; 537; 540; 541; 545; 556 a 559; 561 a 563; 572 a 584; 586; 589; 591; 592; 596; 605; 610; 611; 615; 616; 618; 622; 634; 635; 639; 644; 645; 648; 650; 651; 657; 662 a 664; 667; 668; 672; 676; 683; 684; 689; 691; 693; 696; 707 a 714; 716; 717; 719; 722; 727 a 729; 731 a 743, na forma do Projeto de Lei de Conversão.

PLP 171/15, do deputado Geraldo Resende, que “altera o § 16 do art. 21 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para autorizar o parcelamento das dívidas tributárias das pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional em até 180 (cento e oitenta) meses”. Item nº 3 da sessão de 28/11.
CDEICS: parecer do deputado Laercio Oliveira, pela aprovação do projeto.
CFT e CCJC: pendente de parecer.

PL 333/99, do deputado Antônio Kandir, que “Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”. Item nº 4 da sessão de 29/11.
CDC: parecer do deputado Paulo Lima, pela aprovação.
CDEICS: parecer do deputado Léo Alcântara, pela aprovação.
CCJC: parecer do deputado Paulo Magalhães, pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.

REQ 4990/16, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 5130/16**, do deputado João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014” (propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção). Item passível de inclusão.

REQ 6045/17, dos Líderes, que requer urgência para apreciação do **PL 4614/16**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Item passível de inclusão.

REQ 6344/17, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que altera o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet”. Item passível de inclusão.

Comissão Geral, no dia 28/11, às 11h – Tema: “A incidência de intolerância, ódio, preconceito, exclusão e violência por meio da internet, dispositivos eletrônicos e ambiente virtual”.

Terça-feira (28/11)

COMISSÃO ESPECIAL DA REONERAÇÃO DA FOLHA (PL 8456/17) / Plenário 10, às 14h30.

Pauta: Deliberação de requerimentos e eleição dos vice-presidentes.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC / Plenário 1, às 14h30.

PEC 181/12, do deputado Irajá Abreu, que “Estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos, e dá outras providências”. Item nº 18.
Relator: deputado Rogério Rosso.
Parecer: pela admissibilidade.
Concedida vista conjunta aos deputados Elizeu Dionizio, Marcos Rogério e Patrus Ananias, em 15/08/2017.

PL 4385/16, do deputado Célio Silveira, que “Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil” (trata das características dos Direitos da Personalidade). Item nº 71.
Relator: deputado Francisco Floriano.
Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

PL 4520/16, do deputado William Woo, que “Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que trata da concessão de assistência judiciária aos necessitados, fazendo incluir entre os beneficiários desta Lei as pessoas jurídicas individuais ou Microempresários (ME) e os Microempreendedores Individuais (MEI)”. Item nº 73.
Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Quarta-feira (29/11)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS – CDEICS / Plenário 5, às 9h30.

PL 8182/17, do deputado Marco Maia, que "Altera os arts. 4º-A e 5º-A da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para restringir a terceirização à atividade-meio". Item nº 6.

Relator: deputado Laercio Oliveira.

Parecer: pela rejeição.

Retirado de pauta a requerimento do Deputado Helder Salomão, em 31/10/2017.

PL 6456/16, da deputada Erika Kokay, que "Dispõe sobre a garantia dos direitos dos trabalhadores nas contratações de serviços terceirizados". Item nº 13.

Relator: deputado Laercio Oliveira - SD/SE

Parecer: pela rejeição deste, e do PL 7218/2017, apensado.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE / Plenário 10, às 10h.

PL 5228/16, do deputado Alfredo Nascimento, que "Dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo para estudantes de cursos de idiomas e de informática". Item nº 20.

Relator: deputado Rafael Motta.

Parecer: pela aprovação.

PL 5432/16, do deputado Félix Mendonça Júnior, que "Altera a Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016, que "Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior", e dá outras providências" (permite que pessoas físicas e jurídicas apoiem as empresas júnior na forma explícita de colaboração ou patrocínio). Item nº 21.

Relator: deputado Damião Feliciano.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

Concedida vista conjunta aos deputados Junior Marreca e Pedro Uczai, em 05/04/17.

O Deputado Pedro Uczai apresentou voto em separado em 19/09/2017.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI / Plenário 13, às 10h.

PL 5876/16, do deputado Celso Pansera, que "Dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo Social nas áreas de Ciência e Tecnologia, e dá outras providências". Item nº 9.

Relator: deputado Junior Marreca.

Parecer: pela aprovação.

PL 6846/17, do deputado Zé Silva, que "Estabelece os princípios e critérios para certificação de entidades provedoras de tecnologia social, e dá outras providências". Item nº 10.

Relator: deputado Domingos Neto.

Parecer: pela rejeição.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT / Plenário 4, às 10h.

PLP 329/16, do deputado Laercio Oliveira, que "Altera o caput do artigo 55 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte" (inclui o aspecto tributário na fiscalização orientadora de Microempresas e empresas de pequeno porte). Item nº 8.

Relator: deputado Covatti Filho.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

PLP 23/11, do deputado Guilherme Campos, que "Altera dispositivo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências" (exclui o valor do ICMS da base de cálculo do próprio ICMS cobrado em cada operação). Item nº 9.

Apensado: PLP 163/12.

Relator: deputado Enio Verri.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 23/2011; e, no mérito, pela rejeição, e pela inadequação financeira e orçamentária do PLP 163/2012, apensado.

PL 3967/15, do deputado Miro Teixeira, que "Acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para dispor sobre a inobservância de formalidade essencial inerente à dispensa ou inexigibilidade de licitação". Item nº 14.

Relator: deputado Jorginho Mello.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

PL 6962/10, do deputado Cleber Verde, que "Acrescenta ao art. 136 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Lei das Sociedades Anônimas, o inciso XI e o § 5º, para estabelecer a obrigatoriedade da participação das Assembleias de Acionistas no conhecimento prévio das chamadas operações com partes relacionadas e nas operações que envolvam conflitos de interesses da Companhia". Item nº 58.

Relator: deputado Lindomar Garçon.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP / Plenário 12, às 10h.

PL 450/15 - do Sr. Júlio Delgado - que "institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), de 14 de dezembro de 2006, na forma que especifica". Item nº 7.

Relator: deputado Lucas Vergilio.

Parecer: pela aprovação deste, das Emendas nºs 1 e 2, apresentadas na Comissão, com Substitutivo.

PL 3763/15, do deputado André Abdon, que "Dispõe sobre o uso de software aplicativos em território nacional". Item nº 13

Relator: deputado Alex Canziani

Parecer: pela aprovação.

PL 5351/16, do deputado Marinaldo Rosendo, que "Acrescenta parágrafo ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de reduzir o valor do depósito recursal para microempresa e empresa de pequeno porte". Item nº 15.

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela aprovação, com Substitutivo.

PL 5761/16, do deputado Luiz Carlos Hauly, que "Dispõe sobre a criação do Banco Nacional de Preços e Serviços e dá outras providências". Item nº 17.

Apensado: PL 6245/2016

Relator: deputado Felipe Bornier.

Parecer: pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.245/16, apensado. Concedida vista ao deputado Bebeto, em 05/09/2017.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – CSPCCO / Plenário 6, às 14h.

PL 6960/17, do deputado Cleber Verde, que "alterar a Lei nº 12.965 de 23 de Abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, alterando o art 5º, inciso II e o art 7º, inciso III, que passam a ter a seguinte redação:". Item nº 6.

Apensado: PL 7498/2017

Relator: deputado Vinicius Carvalho.

Parecer: pela aprovação deste e do PL 7.498/2017, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de CCTCI.

Concedida vista ao deputado Delegado Waldir, em 31/10/2017.

Parecer lido durante a reunião pelo Deputado Marcelo Delaroli, em 31/10/2017.

COMISSÃO ESPECIAL DO MARCO REGULATÓRIO DA ECONOMIA COLABORATIVA – CEECON / Plenário 10, às 16h.

Parte 1

Audiência Pública – Tema: “Ambiente Regulatório e Oportunidade de Inovação”.

Em atendimento aos requerimentos 3/2017, do deputado Thiago Peixoto, e 6/2017, do deputado Herculano Passos.

Convidados:

- Glavio Leal Paura, Professor da Universidade Positivo;
- Bernardo Dias Ferracioli, Matéria Brasil e Conectora Oui Share; e
- Carlos Ragazzo, Professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Parte 2

Pauta: Deliberação de requerimentos.

SENADO FEDERAL

Segunda-feira (27/11)

CDH - SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO – CDHET / Plenário 6, às 9h.

Audiência Pública – Tema: “Formas de Trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, autônomo e voluntário”.

Em atendimento aos REQs nºs 155 e 165/17, do senador Paulo Paim.

Convidados indicados:

- Luciana Conforti, diretora de Direitos Humanos da ANAMATRA;
- Ludmilla Abílio, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT UNICAMP;
- Paulo Joarês Vieira, procurador do Trabalho;
- Alex Canuto, representante da Central Pública do Servidor;
- Saulo Arcangeli, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas;
- Representante da Associação dos Motoristas Autônomos de Aplicativo – ABMAP;
- Representante da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL;
- Representante da Associação Nacional dos Profissionais Autônomos;
- Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT;
- Representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT;
- Representante da Força Sindical;

- Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB;
- Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST;
- Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;
- Representante da Intersindical; e
- Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE / Plenário 7, às 18h.

Audiência Pública – Tema: “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”

Pontos a serem debatidos:

- Qual a relação entre desenvolvimento tecnológico e Defesa Nacional?
- Como o Brasil tem atuado para alcançar desenvolvimento tecnológico e uma indústria de Defesa competitiva?
- Importância do desenvolvimento tecnológico para a soberania brasileira”.

Em atendimento ao REQ 1/17, do senador Fernando Collor.

Convidados indicados:

- Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa - MD;
- José Raimundo Braga Coelho, presidente da Agência Espacial Brasileira - AEB; e
- Dr. Hussein Kalout, secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Terça-feira (28/11)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE / Plenário 19, às 10h.

1ª Parte:

Pauta: Apreciação do relatório do Grupo de Trabalho de reformas microeconômicas, destinado a identificar os principais obstáculos que compõem o chamado “Custo Brasil” e oferecer soluções que “facilitem a atividade empreendedora e empresarial no Brasil, a fim de gerar mais empregos e renda”.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE / Plenário 15, às 11h30.

1ª Parte:

Pauta: Deliberação do Relatório com conclusões da avaliação da política pública "Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec".

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT / Plenário 7, às 14h30.

PLS 226/16, do senador Jorge Viana, que “Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências”. Item nº 2.

Relator: senador Cristovam Buarque.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

PLS 315/17, do senador Otto Alencar, que “Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, bem como altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – e elevar o percentual de empréstimo à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP”. Item nº 5.

Relator: senador Hélio José.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

Quarta-feira (29/11)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ / Plenário 3, às 10h.

PLS 347/16, da senadora Vanessa Grazziotin, que “Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a necessidade de prévio consentimento do usuário nos processos de cadastramento e envio de convites para participação em redes e mídias sociais, bem como em seus respectivos grupos, páginas, comunidades e similares”. Item nº 40.

Relator: senador Romero Jucá.

Parecer: pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

PLS 167/17, do senador Wilder Moraes, que “Disciplina o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados pelos órgãos de segurança pública”. Item nº 48.

Relatora: senadora Simone Tebet.

Parecer: pela aprovação, com três emendas.

PLS 210/17, do senador Magno Malta, que “Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever a informatização da identificação plantar e digital do recém-nascido e o seu acesso pela autoridade policial e pelo Ministério Público, independentemente de autorização judicial”. Item nº 46.

Relatora: senadora Simone Tebet

Parecer: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH / Plenário 15, às 11h.

REQ 170/17, do senador Paulo Paim, que “Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporário do Estatuto do Trabalho, para debater “A Medida Provisória nº 808, de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Reforma Trabalhista)”. Item nº 18.